

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1998)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Juiz sem juízo



Ao fazer comentários sobre a 'confissão de culpa' de Bolsonaro, Gilmar antecipa eventual voto sobre o ex-presidente e mostra como estão arraigados alguns maus hábitos de ministros do STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes foi duro e claro ao comentar o discurso que o ex-presidente Jair Bolsonaro fez durante a manifestação de 25 de fevereiro na Avenida Paulista. Em entrevista ao *Estadão*, Gilmar Mendes disse que as declarações de Bolsonaro parecem uma confissão de culpa em relação à chamada "minuta do golpe", e foi além: acha que o ex-presidente saiu de uma situação de "possível autor intelectual para pretenso autor material" da tentativa de golpe de Estado; que há

elementos "severos que indicam intuídos golpistas"; que "não faz o menor sentido" a ideia de anistia a ser concedida às pessoas envolvidas no ato de 8 de janeiro de 2023; e que o "movimento" de Bolsonaro "para mostrar que tem apoio popular" não muda "qualquer juízo ou entendimento do STF".

A verborragia de Gilmar Mendes não seria um problema se ele fosse não o magistrado da mais alta Corte do País, e sim um analista político. A ele, ao lado de seus dez colegas de Supremo, caberá julgar em breve os atos, fatos, materiais e personagens que foram objeto da

análise da entrevista. Sob qualquer ótica, portanto, é disfuncional um ministro do STF antecipar juízo fora dos autos e comentar em público sobre um tema em análise, presente ou futura, da Corte. Uma contradição com o que diz a Constituição, a Lei Orgânica da Magistratura e a sensatez. Ademais, é uma dívida para os radicais bolsonaristas justamente no momento em que estes se empenham em questionar a lisura do Supremo e a suposta militância política de alguns ministros contra Bolsonaro.

Mendes não está sozinho. Com as raríssimas exceções de praxe, há doses rotineiras de intervenção pública – e política – por parte dele e de seus colegas do STF. A discricção judicial parece ter virado exceção no Brasil. Essa opção pelo comportamento apropriado (aquilo que a literatura jurídica internacional chama de *judicial propriety*) foi trocada pela vulgarização do papel público.

Credita-se essa desenvoltura ao contexto da democracia brasileira nos últimos anos e ao vácuo deixado pelos outros Poderes. Convém acrescentar outros dois fatores: o individualismo onde deveria prevalecer a institucionalidade da Corte e, sim, a vaidade. Somadas, essas razões explicam a normalidade com que ministros emitem pareceres a jornalistas, passeiam e palestram por eventos patrocinados pelo setor privado, concedem entrevistas recomendando e cobrando decisões do Executivo e do Congresso e cumprem, sem modéstia, expectativas messiânicas como protagonistas de uma democracia em desencanto.

É preciso reconhecer que o STF realizou um notável trabalho em defesa da democracia brasileira. Ajudou a rever os

excessos processuais e políticos cometidos pelos artífices da Lava Jato, contribuiu para o avanço de direitos de minorias e serviu como o principal dique de contenção dos radicalismos e das pretensões golpistas de Jair Bolsonaro. Tais feitos, porém, não lhe concedem um salvo-conduto para o tipo de protagonismo que muitos dos seus ministros advogam ou os devaneios imperiais praticados por alguns deles. Além das tentações midiáticas, o desarranjo procedimental do STF inclui ainda a oscilação da jurisprudência, ou seja, a variação das decisões conforme o caso concreto, o excesso de decisões monocráticas (algumas delas sem observar a orientação firmada pelo plenário) e a politização indevida, levada ao paroxismo agora com a nomeação de Flávio Dino, aquele que, na definição do presidente Lula da Silva, será ali o ministro com "cabeça política".

Não faz muito tempo, o ministro Luís Roberto Barroso – ele também presença constante na ribalta política – afirmou que todas as instituições democráticas estão sujeitas à crítica pública e devem ter a humildade de levá-la em conta, repensando-se onde for possível. Barroso sabe da lição de Confúcio, o pensador chinês, quando um governador lhe perguntou como servir ao príncipe: "Diga-lhe a verdade, mesmo que o ofenda". Não há ofensa, contudo, ao lembrar-lhes: é hora de preservar a instituição. Retomar a discricção judicial e a postura fora dos autos, priorizar a colegialidade, atuar com menos teatralidade, dar mais atenção aos rituais da imparcialidade – tudo isso ajudará a apagar a desconfiança crescente sobre um tribunal já demasiadamente politizado. ●

Uma década perigosa para o mundo

Conflitos e tensões geopolíticas indicam que os gastos militares globais, de US\$ 2,2 trilhões em 2023, crescerão nos próximos anos; Rússia está no epicentro dos temores não só na Europa

Os gastos militares no mundo cresceram 9% em 2023, comparados aos do ano anterior, e atingiram US\$ 2,2 trilhões, segundo o mais recente *Balanco Militar* do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS), centro de estudos com sede em Londres que há 65 anos avalia tensões geopolíticas e conflitos em curso. O aumento de despesas com segurança por Estados nacionais, como ensina a história, nunca é casual. No contexto das atuais guerras no Oriente Médio e na Ucrânia e de ameaças latentes da China e também da Rússia no Indo-Pacífico, o diagnóstico do IISS é de que o investimento em segurança crescerá por uma simples razão: o mundo "parece viver uma década mais perigosa".

O estudo não chega a mencionar o início de uma nova corrida armamentista. Porém, assinala a decisão de diferentes governos ao redor do mundo – da Austrália aos Estados Unidos, passando pela Noruega – de alimentar seus estoques de munições e reverter carências identificadas em suas estratégias de segurança. Em função de ameaças muito bem delineadas, o orçamento global de defesa de 2023 alcançou o equivalente ao Produto Interno Bruto (PIB) do México e instrumentos internacionais de controle de armas, como o da União Europeia, foram relaxados.

A Rússia de Vladimir Putin está no centro das razões do aparelhamento militar desde sua agressão à soberania da Ucrânia, há dois anos. Putin fez girar a roda da economia de guerra no

país, com o aumento do orçamento militar de 2,64% do PIB, em 2021, para 4,01%. Os gastos russos chegaram a US\$ 108 bilhões no ano passado, cifra três vezes maior do que os desembolsos da Ucrânia, dependente do apoio militar do Ocidente. Dificilmente as despesas russas recuarão diante do cenário de muitos anos de conflito em terreno ucraniano, já dado como certo. Poderão, ao contrário, aumentar, dada a ameaça latente de expansionismo russo sobre o Leste Europeu.

A elevação de 8,5% nos gastos militares no ano passado pelos países da Otan, excetuados os Estados Unidos, responde claramente a esse temor. Nesse grupo estão países europeus, a Turquia e o Canadá. E não há razões para recuar em 2024. O governo da Alemanha decidiu ampliar essas despesas em 2% do PIB. Entretanto, a preocupação com uma Rússia militarmente mais potente – e treinada para o conflito – não se limita à Europa. O IISS detectou tais temores até no Indo-Pacífico, região há décadas exposta ao estresse causado pela China. Não por acaso, a Índia ultrapassou o Reino Unido e assumiu o quarto lugar no ranking dos países com maiores despesas estratégicas.

Pequim estará também consciente dos riscos vindos da Rússia, seu aliado, agora militarmente mais forte. Na atual conjuntura geopolítica, reduziu

ligeiramente seu orçamento militar de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,2 bilhão entre 2021 e 2023. Mas seu projeto de modernização das forças de defesa, com absorção de elementos de inteligência artificial, e o fato de dispor do maior contingente militar do mundo são por si sós ameaças óbvias ao restante da Ásia, à Oceania e também aos EUA e ao Canadá.

Os EUA, inequivocamente a força militar mais testada no último século, pouco alteraram seus dispêndios militares nos últimos anos. O país gastou 3,36% do PIB em 2023. Não há dúvida de que as decisões políticas de Washington têm repercussão nos conflitos em curso e na contenção de aventuras militares. Afinal, seus dispêndios representam 40% do orçamento militar global. Nem a China, com 10%, chega perto de tal volume de recursos.

É relevante sublinhar que um cenário adverso à paz, como o delineado pelo IISS para esta década, impõe aos Estados nacionais o dever de reforçar sua segurança – em detrimento de outras necessidades prioritárias. Cerca de US\$ 31 bilhões foram alocados adicionalmente na rubrica "defesa" em todo o mundo. Ainda assim, infelizmente, nada garante que o caos da guerra e suas devastadoras consequências humanitárias e econômicas sejam evitados. É uma péssima notícia para todo o mundo. ●